

A REPUBLICA VELHA RIO-GRANDENSE E A REGIÃO DA “QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA” DO RIO GRANDE DO SUL¹

THE OLD RIO GRANDENSE REPUBLIC AND THE REGION OF “ITALIAN IMMIGRATION FOURTH COLONY” OF RIO GRANDE DO SUL STATE

Sandro Ronaldo Turra²
Maria Medianeira Padoin³

RESUMO

Os dados e a produção do conhecimento histórico sobre a região da “Quarta Colônia de Imigração Italiana”, pelo estudo do período de implantação e consolidação da República no Brasil, no qual o Rio Grande do Sul foi palco de uma das mais sangrentas guerras, a chamada Revolução Federalista, de 1893 a 1895, mostra que esta revolução trouxe marcas profundas também para a “Quarta Colônia”, pois acredita-se que a estagnação econômica e social desta região é um fato que pode ter sua origem e explicação nesse período revolucionário.

Palavras-chave: república rio-grandense, quarta colônia de imigração italiana, revolução federalista.

ABSTRACT

This work was meant to contribute in the survey of data and in the production of historical knowledge about the region of “Italian immigration Fourth colony”, through the study of the period of implantation and consolidation of the Republic in Brazil, in which Rio Grande do Sul State was the stage of one of the bloodiest wars, the so called Federalist revolution, from 1893 to 1895. That revolution also brought deep marks to the “Fourth Colony”, because it’s believed that the economical and social stagnation of this central region is a fact that can have its origin and explanation in this revolutionary period.

Key words: rio-grandense republic; italian immigration fourth colony; federalist revolution.

¹ BIC-FAPERGS.

² Curso de História - Licenciatura Plena. UNIFRA.

³ Orientador.

INTRODUÇÃO

Dados sobre a história da região da Quarta Colônia em um período e contexto ainda não privilegiado pela historiografia regional, ou seja, a República Velha, especialmente o período da Revolução Federalista, de 1893 a 1895, privilegiam aos projetos e ideários políticos, relacionando-os as forças sociais participantes, tentando identificá-las na região da Quarta Colônia e de Santa Maria, bem como averiguam qual a relação dos governos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros com o desenvolvimento econômico e social da ex-Colônia Silveira Martins.

Neste sentido se procedeu a leitura e fichamento de fontes bibliográficas pertinentes ao tema, realizou-se entrevista com pesquisadores que trabalham a Quarta Colônia, bem como se participou de pesquisa de campo na busca de comprovações de indícios encontrados, além de pesquisa em fontes primárias, como nos arquivos da Câmara de Vereadores de Santa Maria e Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.

O tema proposto vincula-se à área da História Política por meio do recorte regional, no qual se privilegiou o período compreendido da Proclamação da República até o início do século XX.

A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O SUL DO BRASIL E A QUARTA COLÔNIA IMPERIAL.

A grave crise econômica e social que vivia a Itália no século XIX, favoreceu os países que necessitavam de um grande contingente humano, o qual, entre outros benefícios, seria utilizado como mão-de-obra. Portanto, esta grave situação econômica e social italiana, quando de seu processo unificador, trouxe para o Brasil, uma possibilidade de solucionar o seu problema. A nova terra apresentava-se como alternativa, e o Brasil poderia ser o local adequado para a realização dos sonhos dos imigrantes.

Diante disto, os imigrantes italianos, começam a entrar no País. Num primeiro momento, eles são direcionados para o trabalho nas lavouras cafeeiras paulistas e, num segundo momento, a partir da década de 1880, a imigração começa a ser deslocada para o sul do País. Tinha esta decisão, o objetivo de desenvolver outras regiões do País, especialmente com o minifúndio e a policultura, contrabalançando, assim, com as grandes propriedades, que até o momento, predominavam no Estado sulista. O branqueamento da raça também era outra possibilidade que se apresentava com a imigração. Fundam-se, então, no território rio-grandense, quatro colônias imperiais com o objetivo de instalar os colonos imigrantes. Assim, após uma

longa viagem em alto mar, que, na maioria das vezes demorava mais de trinta dias, muitas vezes em navios com péssimas condições sanitárias, desembarcavam no Rio de Janeiro, partindo posteriormente, para o seu local de destino. Tem início assim o processo colonizatório da região nordeste e da região centro do Rio Grande do Sul, mais especificamente, a região denominada, primeiramente de Colônia de Santa Maria da Boca do Monte, a qual, posteriormente, por homenagem ao Senador Gaspar Silveira Martins, veio receber seu nome. Destaca-se, porém, que, anteriormente aos imigrantes italianos, o Império já havia tentado uma colonização de imigrantes russo-alemães nesta área, que não dera resultado.

CRIAÇÃO DA “QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO”

A “Quarta Colônia de Imigração Italiana” nasce por influência de políticos santa-marienses. Santa Maria da Boca do Monte que, em 1858, tornou-se município, solicita, por sua Câmara de Vereadores ao Governo Imperial, a demarcação de áreas devolutas ao redor da cidade contando, para isto, com o apoio do Senador Gaspar Silveira Martins. Contratam-se então, os serviços do engenheiro Guilherme Greenhalgh, para dar início ao trabalho de legitimação das áreas devolutas que cercavam o município santa-mariense. Após uma breve vistoria o engenheiro percebeu que a cidade apresentava a possibilidade de sediar uma colônia.

Precisava da autorização do Imperador D. Pedro II, a qual veio sem restrições. Determina-se a sede da colônia, na localidade de Arroio Grande, região, pertencente aos santa-marienses. O local, porém, apresenta-se insuficiente, visto que os 800 lotes necessários à criação de uma Colônia Imperial não eram possíveis de serem demarcados somente em território santa-mariense, necessitando, com isto, avançar em terras do município vizinho de São Martinho.

Assim, solucionado o problema inicial da falta de lotes demarcados em um mesmo município, a 1º de janeiro de 1878, conforme escreve SPONCHIADO (1996, p. 56), dava-se início à vigoração de um contrato entre a Inspetora de Terras e Colonização, sob o patrocínio do governo Imperial, e a empresa *Carvalho Bastos & Vieira*, em que se, previa entre outros itens, o transporte de imigrantes italianos para as colônias imperiais rio-grandenses. Conforme SPONCHIADO (1996), os recém chegados imigrantes são instalados, provisoriamente, em um barracão. O local, de péssima condição, aliado a uma superlotação, causa a morte de muitas pessoas.

Superados os problemas iniciais, tem início a instalação dos imigrantes em seus lotes, obtendo logo o novo núcleo uma grande prosperidade, tanto que, a 19 de setembro de 1878, recebe da Inspetoria Especial de Terras

e Colonização, autorização para ser elevada à categoria de Colônia. Surgia assim, a Colônia de Silveira Martins que, rapidamente, enfrentava o problema da superlotação.

SPONCHIADO (1996) também informa que, no ano de 1881, é nomeado um novo Diretor para a Colônia, José Manuel da Siqueira Couto, que vem com a incumbência de preparar a colônia para a sua emancipação. Este, mesmo com a dificuldade da demarcação de mais lotes, abre estradas internas na colônia e também uma ligando a sede colonial a Santa Maria. Assim, a 19 de agosto de 1882, pelo do Decreto 8.644, assinado por D. Pedro-II, a Colônia Silveira Martins, é emancipada do regime colonial. Passava, agora, a ex-colônia de Silveira Martins a pertencer ao município de Santa Maria, tornando-se o seu 5º Distrito.

O crescimento populacional da agora emancipada Colônia de Silveira Martins ultrapassa as expectativas, formando ao redor do antigo núcleo colonial, o que o Pe. Sponchiado denominou de “enxameamento”, vindo a originar outros núcleos e futuros municípios.

Assim, neste contexto, com dificuldades de colocação dos colonos e de uma maior infra-estrutura, é que vai encontrar-se a ex-Colônia de Silveira Martins, no momento da implantação do novo sistema político brasileiro: a República.

O Partido Republicano Riograndense (PRR), que assume o poder no RS, no ano de 1889, com o advento da República, tem no comando Júlio de Castilhos, um grande adversário político de Silveira Martins, justamente o nome dado à “Quarta Colônia”. Esta rivalidade política vai influenciar diretamente na concessão de benefícios que poderiam levar a região a um melhor desenvolvimento (PADOIN, Revista House e Decorações, da área sobre turismo da Quarta Colônia: 1995/1996, p. 20-22).

A QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-95)

O Rio Grande do Sul foi palco, no final do século XIX, de mais uma revolução, a Revolução Federalista, que ocorreu de 1893 a 1895, tendo, segundo registros, mais de 10 mil mortos. Atravessava o País, neste momento revolucionário, uma crise de legitimação de poder, ocasionado pela substituição da Monarquia pela República. A Constituição brasileira, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, trazia princípios bem claros neste sentido. Liberalismo, presidencialismo e federalismo. Assim, diante desta nova situação, encontrava-se o estado sulista rio-grandense, região com forte tradição liberal, vinculada aos estancieros da campanha.

Gaspar Silveira Martins era o grande líder liberal no território rio-grandense, enquanto do lado dos positivistas, Júlio Prates de Castilhos, era o maior expoente.

Estes dois grandes líderes, Silveira Martins e Júlio de Castilhos, vão dividir o cenário político rio-grandense. Serão eles os responsáveis pelas construções ideológicas, que vão permear essas terras por muito tempo. O Partido Liberal (PL), dirigido por Gaspar Silveira Martins, e criado no tempo do Império, é composto por monarquistas, e vai dominar politicamente a Província, até o surgimento da República. Possui como órgão principal de imprensa o jornal *A Reforma*.

Formado ideologicamente no ideário positivista de Augusto Comte, o partido opositor ao Liberal, criado em 1882, foi denominado de Partido Republicano Rio Grandense (PRR), que seguiu um modelo conservador-autoritário. Irão pertencer a este novo partido, além dos aliados do Partido Liberal, as novas camadas sociais que começavam a surgir no Estado, tais como, banqueiros, industriais, comerciantes e pequenos proprietários rurais de origem imigrantistas, bem como latifundiários.

Segundo TRINDADE (1979, p.122), o Partido Republicano Rio Grandense foi fundado por iniciativa do Clube Republicano de Porto Alegre, que possuiu na comissão executiva provisória os nomes de Ramiro Barcellos, Demétrio Ribeiro, Luís Leseigneur, João Pedro Alves e Apolinário Porto Alegre. A Convenção, como ficou definida esta primeira reunião, fixa alguns pontos que devem ser seguidos pelos integrantes do novo partido, tornando a propaganda, por meio da criação do jornal *A Federação*, um dos elos principais de ligação entre a nova doutrina e a sociedade rio-grandense.

Os Liberais, representados na figura de Gaspar Silveira Martins, pregavam a concentração do poder no Legislativo, a autonomia dos estados membros, a defesa do sistema parlamentar de governo, além, de serem contrários à intervenção do Estado na economia. pela defesa de um Legislativo forte contrapunha-se ao crescente autoritarismo de Castilhos, e a perseguição implacável que ele fazia a seus opositores, levando ao descontentamento e a uma reação não-pacífica de seus opositores.

As divergências internas no PRR levam ao afastamento de antigos companheiros de Castilhos, como Demétrio Ribeiro e Assis Brasil. Porém, as críticas externas dos Liberais não abalam os ideais e objetivos políticos de Castilhos, que, a 14 de julho de 1891, implanta a primeira Constituição do Estado do RS, escrita por ele próprio, sob ótica totalmente positivista.

Aos Liberais, portanto, retomar o poder legitimamente, era quase impossível, visto que o autoritarismo castilhista, aliado neste momento a um sistema eleitoral atrelado ao mando dos republicanos (PRR), tornava quase impossível a volta ao poder.

Esta forte oposição a Castilhos também preocupa o governo Federal que, em apoio à causa republicana local, proporciona o apoio dos militares, que há pouco tempo haviam voltado da Guerra do Paraguai. Criou-se, a 15 de outubro de 1892, a Brigada Militar no RS, a qual, tornou-se, com o advento da guerra civil de 1893, um poder decisivo em favor do PRR.

Assim, diante do quadro de instabilidade em que se encontrava o Estado desde o início da proclamação da República, tornava-se iminente o conflito armado entre liberais e republicanos positivistas, que aconteceu a 5 de fevereiro de 1893, com a invasão dos liberais a cidade de Aceguá.

A conhecida Revolução Federalista se destacou pelo uso de armas brancas e da temível faquinha da degola, que a deixou também conhecida como a "Revolução da Degola". O questionamento ao modelo Republicano implantado deu-se pela guerra civil, e estendeu-se por todo o Rio Grande do Sul, abrangendo Estados vizinhos, como Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Saques, incêndios, degolas, estupros, famílias destruídas, fazendeiros deixados na miséria, além da consolidação do PRR no poder, foram alguns dos saldos da Revolução. No período desta guerra, observa-se também que disputas pessoal ou local tiveram a oportunidade de serem de acirradas e vinculadas ao embate político, levando o Rio Grande do Sul a um clima de desordem e insegurança.

A "Quarta Colônia de Imigração Italiana" do Rio Grande do Sul não fica alheia aos ataques revolucionários, como pode ser percebido na transcrição retirada de fontes encontradas no Arquivo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, o qual, é organizado pelo Pe. Sponchiado¹.

Nesta época, o Vale dos Turras, local da moradia de Luigi Pigatto e Beppi Dalla Favera, que havia sido colonizado há quase 10 anos, gozava de uma grande prosperidade, além do que, o Vale localizava-se num corredor de passagem para a região da serra.

Além do fato mencionado, destaca-se, no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, também a lista, com assinaturas de solicitações de requisições de indenizações junto ao Governo do Estado, as quais serviram para gestionar o ressarcimento dos danos causados pela revolução. Os pedidos se assemelham e são em grande número.

Os pedidos ao governo, em sua grande maioria, consistiam no ressarcimento de cavalos, armas e víveres, que haviam servido para alimentação das tropas. Exemplificando, descrevem-se dois pedidos de colonos, junto ao governo do Estado, de ressarcimento das despesas ou prejuízos durante o período revolucionário¹.

¹ Alberto Kraemer nasceu em 04 de fevereiro de 1848 em Rheimsberg e faleceu em 18 de março de 1909 no Brasil. Está enterrado na localidade de Linha Formoso, hoje, distrito do então Município de Dona Francisca. Saída de Campo: agosto de 2000 SPONCHIADO, Luiz. Cronologia: folha de 06 de maio de 1897. Nova Palma, Centro de Pesquisas Genealógicas.

Essa situação, que não foi apenas da região central, criou uma séria dificuldade ao Governo de Júlio de Castilhos, visto que o Estado encontrava-se descapitalizado e arrasado após a violenta Revolução.

Observa-se que a “Quarta Colônia de Imigração Italiana” do Rio Grande do Sul também foi palco da Revolução Federalista de 1893, e salienta-se que, nos registros destas listas, os prejuízos foram causados, basicamente, por tropas governistas.

Porém, nos estudos realizados, encontraram-se dados sobre uma batalha que ocorreu na região do núcleo colonial de Dona Francisca, onde participaram imigrantes italianos e alemães.

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA NA COLÔNIA DE DONA FRANCISCA

No envolvimento da “Quarta Colônia” com a Revolução Federalista, destaca-se a batalha ocorrida no núcleo colonial de Dona Francisca, no ano de 1893.

A colônia Dona Francisca, embora não fizesse parte originariamente do complexo territorial da ex-colônia Silveira Martins, liga-se a ela por sua posição geográfica e por seu enxameamento.

Sob o comando de José Mostardeiro, proprietário da futura colônia, no ano de 1882, são demarcados os lotes para abrigarem colonos italianos e alemães que quisessem instalar-se no local. A colônia, logo se expande economicamente, possuindo uma excelente produtividade agrícola. A prosperidade crescente da localidade proporcionava aos colonos, guardar alguma reserva, despertando, desta forma, a cobiça dos salteadores.

Segundo relata CASASSOLA (1983), meses antes ao combate de fevereiro, a residência de Alberto Kraemer², um dos líderes da localidade, havia sido alvo de um assalto, no entanto, os malfeitores não obtiveram êxito na investida, pois, além da capacidade de defesa do próprio proprietário, este também contou com o auxílio de colonos vizinhos. Todavia, os bandidos que se obrigaram a bater em retirada, prometeram que voltariam em outra oportunidade.

Um novo conflito parecia eminente, e os rumores nas cidades vizinhas davam como certo este novo enfrentamento. Os colonos, certos de que seriam novamente atacados, buscam tomar todas as providências para não serem pegos de surpresa, decidindo em assembléia criar uma milícia, que rapidamente é constituída. Outra decisão dos colonos foi mandar um espião aos vilarejos vizinhos, em busca de informações sobre os possíveis salteadores.

² A denominação “passo do Soturno” se dá em função do local estar situado no Rio Soturno, o qual passa pelo lado Sul do atual Município de Dona Francisca, antiga Colônia Dona Francisca

Gerd Pachaly, o espião dos colonos, encontrou os prováveis malfeitores na vizinhança, em uma loja comercial de um amigo, percebendo de imediato que os salteadores possuíam muitas armas, além de perceber no líder dos revoltosos, uma farda diferenciada, de gente do governo. Destacou-se que, até hoje, não foi possível identificar claramente o posicionamento político dos salteadores (CASASSOLA, 1983).

Os colonos, divididos em escalas por seus líderes, formam duas linhas de artilharia. A primeira é formada por colonos da linha Formoso, que utilizando armas de fogo, comprometer-se-ia em dar o primeiro combate, enquanto, que um segundo grupo com menos experiência, e usando armas brancas, responsabilizar-se-ia, pela retaguarda dos primeiros.

Aliado a todas estas precauções para a defesa, os colonos ainda colocaram no passo do Soturno², local por onde os salteadores seriam obrigados a passar, um, sentinela, que, ao avistar os invasores, deveria soltar um foguete.

Os pertencentes ao primeiro escalão/grupo, comandados por Albert Ludwig, ficariam dispostos em forma de ferradura e, localizar-se-iam em frente a igreja da localidade, local central do núcleo, esperando os adversários de frente.

A angústia era geral, tendo seu ápice nos primeiros dias de fevereiro de 1893, quando estourou nos ares o foguete. Era o aviso do sentinela, Ludgero. Os salteadores atravessam o passo do soturno em direção ao vilarejo. De encontro a eles, dirige-se o comandante dos colonos Sr. Ludwig, para tentar com os mesmos uma negociação que evitasse o conflito armado, não obtendo êxito nesta tentativa. Iniciava-se assim o conflito, que duraria todo o restante do dia, acabando somente ao anoitecer, quando os salteadores batem em retirada.

Segundo CASASSOLA (1983), morrem no combate, 14 pessoas, sendo 12 por parte dos revolucionários e 2 por parte dos colonos, que tiveram a baixa do Sr. Augusto Trebien e de doutro companheiro ainda não esclarecido.

Chegava assim ao fim mais um combate resultante do período nefasto que o Rio Grande do Sul atravessava, em que, duas facções políticas lutavam pelo poder.

Observa-se, com isto, dentre as conclusões prévias, que a revolta que se estendera em todo o estado e trouxe marcas históricas profundas para o Rio Grande do Sul, consolidando por um longo tempo no poder o Partido Republicano Rio Grandense e seu projeto, em nenhum momento fora um conflito que pertencera às camadas mais inferiores da sociedade rio-grandense, mas nem por isso, deixou de envolvê-las no conflito, visto que, na grande maioria das vezes, ela era obrigada a participar, sob pena de que se recusasse a dar qualquer ajuda, seria taxada de pertencente ao bando contrário, custando-lhe isso muitas vezes, a vida a de seus familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Federalista, ainda está viva na memória dos rio-grandenses, deixando raízes profundas no Estado do Rio Grande do Sul, como fica evidenciado em depoimento do Pe. Luiz Sponchiado (2000), quando relatou sua participação em um Congresso, no início da década de 80, no município de Bagé, no qual fora colocado em debate a temática, gerando discussões exaltadas daqueles que, de uma forma ou de outra, ainda se viam ligados ao conflito e aos ideais partidários das duas facções. Questiona-se então, que, se passados mais de 100 anos do conflito ainda se encontram exaltados os ânimos, como deveria ter sido no calor do período transitório, ou até mesmo, pouco tempo depois, quando estavam ainda vivos os protagonistas do conflito?

Por isso, levanta-se a questão, quanto à ex-Colônia Silveira Martins, que sofre, até os dias atuais, com sua estagnação econômica.

Para esta explicação, destaca-se inicialmente o pensamento de alguns estudiosos sobre o assunto. Primeiramente, Pe. Luiz Sponchiado, pesquisador que se dedica a estudar a “Quarta Colônia” há mais de 40 anos. Segundo este, os motivos desta estagnação seriam ainda provenientes da impossibilidade de emancipação da antiga colônia de Silveira Martins, pois, resumidamente, pode-se considerar que as terras centrais da colônia, já possuíam donos, ficando a demarcação intercalada, abrangendo vários municípios, e isto teria sido um grave problema, pois, no momento da emancipação da ex-colônia, cada município quis ficar com sua parte.

SANTIN (1990), outro estudioso sobre a região, privilegia mais a questão econômica, pois segundo ele, no momento da virada do século, quando a colônia começa a ter um crescimento populacional, a terra, que não possuía uma adubação orgânica, começa a ressentir-se, diminuindo e muito a produtividade, obrigando os colonos a uma reimplantação.

Ainda para SANTIN (1990), a região nordeste do estado teria feito, neste momento, uma reopção de cultura, proporcionando um reaquecimento industrial e comercial das colônias, além de conseguir grandes apoios políticos, trouxe à região, uma Universidade em Caxias do Sul. “É neste exato momento que Silveira Martins não conseguiu redefinir seu projeto e sucumbiu a sua falta de compreensão do novo momento histórico”, diz SANTIN (1990, V. II, p. 459)

Enfim, concluindo o pensamento de SANTIN (1990), aos pioneiros da ex-colônia de Silveira Martins, faltou a capacidade de se agruparem sob uma idéia que trouxesse o desenvolvimento para todos. A individualidade falou mais alto, e os projetos pessoais se sobrepuseram à coletividade.

Destaca-se também a afirmação de PADOIN (1995/1996), a qual pensa a estagnação da região, como uma conseqüência das divergências políticas entre Júlio de Castilhos e Silveira Martins, pois a denominação da ex-colônia de “Silveira Martins” teria contribuído para isto.

Nota-se, assim, que a estagnação da ex-Colônia Silveira Martins, é motivo de várias interpretações.

O desenvolvimento da ex-Colônia Silveira Martins passa necessariamente pela compreensão do relacionamento de Santa Maria com a própria ex-colônia, visto a sede nunca ter bem claro o sentido de uma colônia. Exploração e submissão, ao invés de uma troca mútua de benefícios, foi a tônica encontrada, após inúmeras pesquisas, no relacionamento de Santa Maria, com a ex-Colônia Silveira Martins. Sobre isto, destaca-se o fato da ex-colônia não ter conseguido sua emancipação político-administrativa, após ter sido qualificada como distrito do município santa-mariense.

Por isso, é que algumas dúvidas se põem, pois, dizer que a causa foi a falta de união entre os antigos núcleos, talvez deva ser reconsiderada, bem como a idéia de perseguição política, primeiramente, por Julio de Castilhos, e posteriormente, por seus seguidores políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASASSOLA, Norma B. 1983. **1850 – Dona Francisca – 1900, Sua Terra Sua Gente**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM.

PADOIN, Maria Medianeira. 1995-96. **Revista House e Decoração, da área sobre Turismo na Quarta Colônia**. Porto Alegre.

SANTIN, Silvino. 1990. Dimensão social do trabalho e da propriedade do imigrante italiano na ex-colônia de Silveira Martins. In: DE BONNI, Luiz A(org.). **A presença Italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli. v. 2.

SPONCHIADO, Breno. 1996. **Imigração & 4º Colônia. Nova Palma & Pe. Luizinho**. Santa Maria: UFSM.

TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário. 1979. In: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sergius (org.). **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 119 - 152.

FONTES DOCUMENTAIS

SPONCHIADO, Luiz. Cronologia: folha de 06 de maio de 1897. Nova Palma, Centro de Pesquisas Genealógicas.

SPONCHIADO, Luiz. Cronologia: folha de 10 de fevereiro de 1893. Nova Palma, Centro de Pesquisas Genealógicas.